

RECORTES E MOMENTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL CUTS AND MOMENTS IN BRAZIL'S HISTORY

Giscard Dias Silveira¹
Sílvia Lima de Aquino²

RESUMO: Este ensaio versa sobre excertos das obras História do Brasil, Raízes do Brasil, Cidadania no Brasil – O longo caminho, dos autores Boris Fausto, Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo de Carvalho, respectivamente nomeados, com o objetivo de apresentar uma narrativa analítica de acontecimentos sócio-históricos do Brasil, segundo a visão destes reconhecidos pesquisadores. Para tanto, o ensaio foi organizado em três seções, fundamentadas em dois capítulos elegidos de cada obra referida, apresentados em duas subseções, em cada seção. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, com opção pela revisão de narrativa convencional da revisão histórica. Por meio das narrativas, recortadas das propostas dos autores visitados, considera-se que foi possível seletar momentos significativos da história do Brasil que contribuem para a compreensão da complexa formação histórica da sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Escravidão; Ditadura; Direitos políticos; O homem cordial.

ABSTRACT: This essay is about excerpts from the works História do Brasil, Raízes do Brasil, Cidadania no Brasil – O longo caminho, of the authors Boris Fausto, Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo de Carvalho, respectively named, in order to present an analytical narrative of socio-historical events in Brazil, according to the vision of these recognized researchers. Therefore, the essay was organized into three sections, based on two chosen chapters of each work referred to, presented in two subsections, in each section. The methodology used was the bibliographic review, with an option for the conventional narrative review of the historical review. Through the narratives, cut from the proposals of the authors visited, it is considered that it was possible to select significant moments in the history of Brazil that contribute to the understanding of the complex historical formation of Brazilian society.

Key-words: Slavery; Dictatorship; Political rights; The cordial man.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem por objetivo apresentar uma narrativa analítica de acontecimentos sócio-históricos do Brasil, segundo a visão de três importantes historiadores brasileiros, Boris Fausto, José Murilo de Carvalho e Sérgio Buarque de Holanda, baseada nas suas obras, História do Brasil, Cidadania no Brasil -o longo caminho, Raízes do Brasil, aqui citadas respectivamente. O texto é um compilado de três ensaios escritos em 2020 que

¹ Graduando do curso Licenciatura em Ciências Sociais – Modalidade a Distância na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) E-mail para contato: gisdias@yahoo.com.br

² Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora Adjunta do Departamento Interdisciplinar do Campus Litoral Norte da UFRGS. E-mail para contato: silvia.aquino@ufrgs.br

se fundamentam em dois capítulos elegidos de cada obra referida, apresentados, neste ensaio, em seções: da obra de Boris Fausto, os capítulos *O desenvolvimento das técnicas de navegação. A nova mentalidade* e *A Escravidão: índios e negros*; da obra de José Murilo de Carvalho, os capítulos *A vez dos direitos políticos* e *Passo atrás, nova ditadura*; e da obra de Sérgio Buarque de Holanda, os capítulos *O homem cordial* e *Nossa revolução*. A metodologia utilizada para cumprir o objetivo proposto foi a revisão bibliográfica, que se vale de publicações científicas em periódicos, livros, anais de congressos, dentre outros, não se dedicando à coleta de dados *in natura* e não configurando uma simples transcrição de ideias. Para realizá-la, o pesquisador pode optar pelas revisões de narrativas convencionais ou pelas revisões mais rigorosas, de acordo com Brasileiro (2013). Neste ensaio, a opção foi pela revisão de narrativa convencional, com menor rigor metodológico de acordo com o autor, e dentro desta, a revisão histórica, que busca recuperar a evolução de um conceito, tema, abordagem ou outros aspectos que visam explicar os fatores determinantes de um objeto de estudo.

HISTÓRIA DO BRASIL, DE BORIS FAUSTO

Estimulada por vários fatores, alguns dos quais veremos com mais detalhes adiante, a coroa portuguesa criou as condições para que os navegadores daquele país se lançassem em inúmeras expedições de exploração de novos territórios e de novas rotas comerciais. Portugal goza de uma posição geográfica privilegiada, praticamente uma porta de entrada para o Oceano Atlântico, porém só em 1415 com a conquista de Ceuta no norte da África é que o período de conquistas portuguesas realmente começou. Além da posição favorável, Portugal possuía uma situação política relativamente tranquila em comparação ao restante da Europa Ocidental. A monarquia portuguesa era um tanto mais organizada em relação aos seus vizinhos como Espanha, França, Itália e Inglaterra. Essa organização permitiu à coroa portuguesa uma acumulação de recursos vastos que financiaram estas novas explorações. Como diz o autor, existiram vários motivos que fomentaram as navegações portuguesas: o descobrimento de novas terras, busca por benefícios materiais (ouro e especiarias), busca de aliados na guerra santa e a transmissão da palavra de Cristo para novos catequizados. Aqui abrimos um parêntese para falar da ironia do autor, ao comentar sobre o motivo da busca

por especiarias, pois, as técnicas de conservação de alimentos, principalmente as carnes, eram muito primitivas e as especiarias eram usadas para disfarçar o gosto ruim que essas técnicas deixavam nos alimentos. Mas este não era o objetivo principal, o real objetivo é o empreendimento de uma nova Cruzada na terra Santa contra os mamelucos. Guerra perdida 200 anos antes aproximadamente na derrota contra Saladino.

As técnicas de navegação foram desenvolvidas pela Ordem Templária, que ao fugir da perseguição em 1307 e com a extinção da Ordem 1317, fugiram para a Escócia, Espanha e Portugal. Em Sagres se criou a primeira escola de navegação em Portugal com as técnicas desenvolvidas pela esquadra templária que atuou nas cruzadas na terra santa. Claro que com um novo nome: Ordem de Cristo. Todos esses fatores que levaram Portugal às grandes explorações marítimas e comerciais. Estas inovações vão desde avanços nas áreas da astronomia, matemática e cartografia, passando pelo desenvolvimento de novas embarcações e também pela utilização de instrumentos de navegação como o astrolábio e o quadrante. Estes instrumentos de navegação já eram conhecidos da humanidade desde as antigas civilizações, porém, somente no século XV começaram a ser utilizados nas embarcações navais portuguesas.³ O quadrante e o astrolábio mudaram a forma como as navegações eram realizadas, uma vez que, até esse período as explorações eram feitas medindo as distâncias e o tempo a serem percorridos e o rumo a ser tomado. Como sabemos essas medidas não eram muito apuradas nessa época, sendo assim, a transformação dos instrumentos citados em aparelhos relativamente portáteis, que pudessem ser carregados em um navio, permitiu que as medidas náuticas se tornassem mais precisas, utilizando os corpos celestes como o sol e as estrelas como pontos de referência. Os portugueses também aprenderam a ajustar as medições de acordo com a variação dos dias do ano, criando assim as tábuas astronômicas.⁴

Além disso os portugueses desenvolveram, nas palavras de Boris Fausto, novas “técnicas de marear” que consistiam em mapear informações meteorológicas e oceanográficas, para que futuras expedições pudessem encontrar marés e ventos mais favoráveis. Outro avanço proporcionado pelas navegações foi na área da cartografia. No

3 Fonte: [https://web.archive.org/web/20110306044848/http://descobrimentos.no.sapo.pt/quadrante.htm](https://web.archive.org/web/20110306044848/http://descobrimientos.no.sapo.pt/quadrante.htm)
Acesso em 14/03/2020

4 Ribeiro, 2011. Registro Online. Acesso em 13/03/2020

início do século XVI foi divulgada a primeira carta náutica, com a designação de latitudes.⁵ A partir desse momento a coroa portuguesa intensificou o trabalho de cartografia, inclusive, denominando cartógrafos oficiais da corte e habilitando privilégios de aferir as bússolas dos navios portugueses.⁶ Outra inovação dos portugueses, durante o período das grandes navegações, foi vista nas embarcações utilizadas para estas explorações. Até o século XV os portugueses utilizavam navios chamados barcas, embarcações de um mastro que permitiam apenas a navegação de cabotagem (navegação de curtas distâncias mantendo a costa em vista). O grande avanço português nessa área veio com o aperfeiçoamento da caravela, nas palavras do historiador Boris Fausto:

“Os portugueses desenvolveram também um tipo de arquitetura naval mais apropriada, com a Página 13 1313 construção da caravela, utilizada a partir de 1441. Era uma embarcação leve e veloz para as condições da época, de pequeno calado, permitindo por isso aproximar-se bastante da terra firme e evitar, até certo ponto, o perigo de encalhar.” (Fausto, 1996 p. 12)

As caravelas também permitiam a manobra de bordejar, proporcionando uma melhor navegação em trechos de contravento. Essas embarcações viabilizavam o transporte de cargas maiores com carregamentos que passavam das 100 toneladas permitindo, junto com os avanços dos instrumentos de navegação, que as explorações pudessem ir cada vez mais longe e se afastassem das costas continentais. Além das óbvias vantagens de poder transportar mais carga, as caravelas viabilizavam o transporte de armamentos o que era uma maneira de combater os piratas e corsários que assolavam os navegadores portugueses desde o século XIV, principalmente na costa africana. Também nessa época aumentou o uso e o desenvolvimento de outras embarcações notadamente as naus e carracas. As naus eram embarcações pesadas, algumas chegando as 500 toneladas,⁷ fortemente armadas com mais de 100 bocas de canhão (naus de três pontas), utilizadas em combate e transporte de cargas. Em sua expedição às Índias em 1497, o navegador Vasco da Gama usou três naus e uma caravela. Já as carracas eram navios de transporte de mercadorias com alta capacidade de carga, algumas chegando as 2000 toneladas. As carracas foram amplamente usadas no transporte de produtos vindos do Brasil e do Oriente.

5 Ribeiro, 2011. Registro Online. Acesso em 13/03/2020

6 Dias, 1999

7 Ribeiro, 2011. Registro Online. Acesso em 13/03/2020

A ESCRAVIDÃO: índios e negros

Com a chegada dos portugueses nas terras brasileiras em 1500, foi iniciado o processo de exploração do novo território, nesse período iniciou também o processo de escravidão dos índios brasileiros e posteriormente a chegada dos escravizados africanos através do comércio de escravos na costa oeste africana pelas mãos dos mercadores de escravos portugueses. O primeiro passo dos portugueses após a chegada ao Brasil foi tomar posse das novas terras. Disputando as descobertas com os espanhóis e franceses, Portugal iniciou a colonização das terras brasileiras em 1534, com a criação das capitânicas hereditárias.⁸ A falta de trabalhadores para a lida nas novas terras, seja pela baixa de disponibilidade de trabalhadores dispostos a vir para o Brasil ou talvez pela pouca vontade dos portugueses em realizar trabalho assalariado em novas terras, levou a coroa portuguesa e os encarregados das capitânicas a iniciar um processo de escravização da população indígena, esse procedimento foi facilitado pelas guerras entre indígenas brasileiros. Estas guerras permitiam as alianças entre colonos e portugueses e lideranças indígenas que vendiam os derrotados nessas disputas aos colonos. A escravização de indígenas se mostrou pouco eficiente para os projetos da coroa portuguesa em relação às novas terras. Os indígenas tinham costumes diferentes em relação ao trabalho, os indígenas consumiam apenas o necessário para a subsistência, isso era possível devido a fartura de alimentos, o restante do seu tempo era dividido entre “rituais, celebrações e guerras”.⁹

Os escravizados indígenas se dividiam entre aqueles que foram catequizados pelos religiosos portugueses, interessados na conversão dos indígenas para o catolicismo, estes indígenas convertidos adotavam os métodos de trabalho dos portugueses e eram considerados “bons cristãos” ou “índios mansos”, estes indígenas eram protegidos pelos religiosos, o que gerou alguns conflitos com os colonos, mesmo protegendo os indígenas catequizados, os religiosos ainda tratavam os indígenas como seres inferiores. A outra forma de escravização indígena era a captura simplesmente para a utilização no trabalho forçado nas lavouras. Esse processo de escravização não ocorreu sem percalços e adversidades,

⁸ O Sistema de Capitânicas Hereditárias. Disponível em:

http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/cap_hereditarias.html . Acesso em 14/03 2020

⁹ Fausto, 1996 p.28

muitos indígenas se rebelavam contra o aprisionamento, organizavam fugas, revoltas nas fazendas ou simplesmente se recusando a trabalhar. O conhecimento da terra era um fator favorável aos indígenas rebeldes em comparação aos escravizados africanos como veremos mais adiante. Outro fator que tornou a utilização de escravizados indígenas pouco eficientes foram as doenças trazidas pelos europeus que afetaram os nativos das novas terras. Os indígenas não tinham defesas biológicas para essas doenças como a gripe, o sarampo e a varíola. O historiador Boris Fausto afirma que entre 1562 e 1563 mais de 60 mil indígenas foram mortos pelas doenças oriundas da Europa.¹⁰ Além das doenças várias comunidades indígenas foram dizimadas em guerras territoriais que buscavam a exploração de novas terras para extração de riquezas. Esse extermínio de indígenas por doenças e guerras acabou causando uma falta de trabalhadores que causou crises de fome principalmente nos territórios do nordeste.¹¹

Dada a dificuldade de lidar com a mão de obra escravizada indígena, a partir de 1566, a coroa portuguesa começou a criar leis que, aos poucos, dificultaram a escravização dos índios. Essas leis eram facilmente burladas pelos colonos portugueses e o que realmente diminuiu esse processo foram as guerras e as doenças, até que em 1578 o governo português extinguiu definitivamente a escravidão indígena. Um pouco antes dessa data, em 1570, a coroa portuguesa aumentou o incentivo para trazer da costa oeste africana os escravizados negros que já eram negociados por Portugal no século XV, principalmente, nos arquipélagos de Cabo Verde e na Ilha da Madeira. Esses escravizados vindos da África tinham uma produtividade maior que os indígenas brasileiros, além de conhecimento da criação de gado e, posteriormente, no plantio da cana-de-açúcar, importante produto no desenvolvimento da região sudeste do Brasil. Os primeiros escravizados africanos oriundos, principalmente, da Guiné foram usados nas lavouras da região nordeste brasileira, posteriormente escravos vindos de Angola e da Costa da Mina (atualmente Guiné, Togo, Benim e Nigéria) acabaram chegando também ao sudeste brasileiro. Estima-se que 4 milhões de escravizados vieram da África entre 1550 e 1880.¹² Apesar de originários de regiões específicas do continente africano os escravizados vindos de lá pertenciam a uma vasta gama de reinos e povos com

10 Fausto, 1996. P. 28

11 Fausto, 1996. P. 28

12 Fausto, 1996. P. 29

culturas diversas, línguas e religiões diferentes. Os principais pontos de entrada dos escravizados africanos foram Salvador e Rio de Janeiro de onde então os africanos eram comercializados e enviados para as regiões interioranas do Brasil.

Esses dois pontos de entrada tinham algumas diferenças relevantes entre si. O porto baiano era responsável pelo envio de escravizados para as lavouras nordestinas de cana-de-açúcar e fumo, já o porto carioca foi responsável pelo envio de escravizados para as plantações do sudeste de cana e posteriormente café. Também foram enviados escravizados para trabalhar nas minas de ouro e diamantes em Minas Gerais e na Bahia. Assim como os escravizados indígenas, os africanos também resistiram ao processo de escravidão. Desde a revolta em navios negreiros, passando por fugas, levante e agressões contra os senhores de escravos e os donos das plantações. Nos navios negreiros vindos da África, os escravizados enfrentavam condições ultrajantes de higiene e acomodações inadequadas, para se dizer o mínimo, era comum a morte de até $\frac{1}{4}$ dos escravos embarcados.¹³ Apesar da pouca documentação sobre as viagens de escravizados entre a África e o Brasil eram comuns relatos de revoltas e motins.¹⁴ Já no Brasil as fugas eram a principal forma de resistência ao trabalho forçado, alguns escravizados se reuniram para a formação dos quilombos, Esses quilombos eram locais de refúgio para escravizados fugidos das fazendas, longe dos grandes centros e localizados em áreas de difícil acesso buscando escapar dos caçadores de escravos. Os quilombos foram importantes instituições na resistência à escravidão no Brasil servindo de refúgio e como local de organização de incursões às fazendas com o intuito de libertar escravizados. Ao contrário dos indígenas, os escravizados negros vinham de locais diferentes, pertenciam a povos diferentes e com línguas diferentes, portanto, não tinham como se organizar da mesma forma que os indígenas. O outro fator que dificultava a fuga dos escravizados negros era a falta de conhecimento do local, pois foram sequestrados de sua terra natal e jogados em um território desconhecido.

Outro fator adverso da escravidão negra em comparação à escravidão indígena foi o papel da Igreja com relação a cada um desses povos. A Igreja católica sancionou o processo de escravagismo português na África desde antes da chegada destes ao Brasil. Os religiosos que, no Brasil, protegiam os escravizados indígenas não tinham o mesmo comportamento

13 Marquese, 2006. P. 116

14 Silva, Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/a-resistencia-dos-escravos.htm>.

com os escravizados negros. Era comum a visão dos padres de que os negros consistiam em uma raça inferior tanto fisicamente, intelectualmente e espiritualmente,¹⁵ inclusive com algumas ordens religiosas sendo proprietários de escravizados.¹⁶ Os escravizados negros não contavam com a proteção das legislações que, em dado momento, amparavam o escravo indígena.

Os trabalhos forçados, as provações alimentares, os abusos e a violência física a que os escravizados vindos da África sofreram, cobraram um preço alto nas suas populações durante o período colonial e na época do Império brasileiro. Opostamente aos índios, os negros eram resistentes aos males e doenças trazidos pelos europeus ao novo continente, talvez por já terem contato anterior com os colonizadores ou talvez pela construção mais robusta dos povos africanos. Mesmo com a alta perda de escravizados seja pelas fugas, maus tratos ou mortes naturais, essa perda demográfica nunca foi comparada a perda de escravizados indígenas devido às doenças. Essa redução de escravizados era facilmente repostada pela aquisição de novos escravizados vindos do continente africano, já que essa prática de comércio de escravizados, vigorou até o fim do século XIX. Uma particularidade do sistema escravagista adotado no Brasil era a da baixa ou quase nula reposição dos escravos perdidos nos campos e minas por escravos nascidos e criados aqui no Brasil. Primeiro porque a imensa maioria dos escravos vindos da África eram homens, segundo devido à baixa fertilidade das escravas mulheres.¹⁷ Outro fator foi o econômico:

“Além disso, criar uma criança por doze ou catorze anos era considerado um investimento de risco, tendo-se em conta as altas taxas de mortalidade, decorrentes das próprias condições de existência.” (Fausto, 1996. P. 31)

Como sabemos, o escravismo brasileiro foi um processo longo, desumano, violento e principalmente vergonhoso que manchará a história do país para sempre. Tudo isso baseado na teoria mercantilista portuguesa para as suas colônias que se apoiava na extração e envio das riquezas da nova terra para a Europa que lucrava com essas riquezas. Mesmo no momento em que foram libertados em 1888, os negros continuaram a sofrer provações enormes. Deixados à própria sorte, sem reparações nem compensações, muitos negros

15 Oliveira, 2015. P. 358

16 Silva, Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/trafico-negreiro.htm>.

17 Fausto, 1996. P. 30

foram largados nas cidades sem conhecimento, sem preparo e abandonados. Sem acesso à terra e continuando vítimas de todos os preconceitos a que já eram submetidos. Muitos permaneceram trabalhando nas fazendas sem salário, outros se sujeitavam a trabalhos insalubres com pouca remuneração e outros ainda acabaram mendigando nas ruas das cidades maiores.¹⁸

CIDADANIA DO BRASIL, DE JOSÉ MURILO DE CARVALHO

Os itens referentes ao texto de José Murilo de Carvalho se baseiam no capítulo II, no item que conta o período compreendido entre 1945 e 1964 intitulado “A vez dos direitos políticos” e também no capítulo III no item que compreende os anos de 1964 até 1970, denominado “Passo atrás, nova ditadura”. Os relatos do texto de José Murilo de Carvalho contam os passos dados pela sociedade brasileira no processo de construção da cidadania e, antes de me aprofundar nos dois itens citados acima, proponho definir o que é cidadania como discutido na introdução do texto de José Murilo de Carvalho. Cidadania é um conceito discutido desde a Grécia antiga, onde eram considerados cidadãos aqueles que viviam nas cidades e eram partícipes das decisões políticas e dos negócios da cidade.¹⁹ Excluía-se os escravos e estrangeiros. Essa definição foi e continua evoluindo de acordo com o tempo e nação. Atualmente a noção mais aceita de cidadania é aquela definida pelo sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall que divide o conceito de cidadania em um conjunto de direitos: os direitos civis, aqueles garantidos pelas leis da nação, os direitos políticos, aqueles que garantem o exercício de plena participação nos processos eleitorais e políticos e os direitos sociais,²⁰ aqueles que garantem os direitos básicos do cidadão como educação, saúde, etc. Através e a partir dessa definição, José Murilo de Carvalho discute na introdução do seu livro se efetivamente estamos em pleno benefício dos nossos direitos e assim, consequentemente, exercendo a nossa cidadania. Essa discussão proposta pelo autor será

18 Marigoni, 2011. Disponível em

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23

19 SILVEIRA, Cláudia Maria Toledo. Cidadania. Jus Navigandi. 1997. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20081204081044/http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=78>

20 BARRETO, Vicente. O conceito moderno de cidadania. 1993. P. 33. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45733>

melhor examinada ao final desse texto pois ela merece uma atenção um pouco mais dedicada.

A VEZ DOS DIREITOS POLÍTICOS

Aqui o autor relata de maneira acessível, os acontecimentos políticos entre os anos de 1945 até 1964. O Brasil vinha de um período de conquistas sociais e de avanço nos direitos trabalhistas impulsionados pelo populismo do presidente Getúlio Vargas.²¹ Apesar do avanço no número de direitos sociais, o seu acesso à população que mais necessitava era precário. Neste cenário, de aumento da população das cidades com pessoas vindas do campo e aumento da pobreza o populismo de Vargas floresceu. Insatisfeitos com a condução da política nacional pelo presidente, vários setores da sociedade, principalmente, as elites e os militares iniciaram um movimento de oposição a Vargas, que acabou causando a renúncia do presidente e pôs fim a ditadura imposta por Vargas desde 1937.²² A partir da renúncia de Vargas foram convocadas eleições em 2 de dezembro de 1945 onde foi eleito o político mato-grossense Eurico Gaspar Dutra. Foi convocada também uma assembleia constituinte que promulgou em 1946 quinta Constituição brasileira. Essa Constituição manteve e aumentou os direitos trabalhistas da era Vargas e restaurou a liberdade de imprensa, direito de organização política e liberdade partidária e de expressão.²³ Dutra também realizou uma política de aproximação com os Estados Unidos e de apoio aos princípios liberais que acabou gerando algumas consequências econômicas e políticas. Na área econômica houve a diminuição dos gastos públicos, aumento dos gastos em moeda estrangeira e aumento da inflação, já no campo político aconteceu a cassação do Partido Comunista Brasileiro em mais uma das caçadas ao fantasma comunista no Brasil que, como veremos adiante, não seria a última. Apesar deste fato as eleições presidenciais ocorreram com relativa tranquilidade.

Mesmo afastado da presidência, Getúlio Vargas manteve forte influência na política brasileira e acabou eleito presidente novamente, nas eleições de 1950, para decepção dos

21 CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 2002. P. 81. Disponível em: http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/cidadania_brasil.pdf

22 RIBEIRO, Antônio Sérgio. 29 de outubro de 1945: o fim do Estado Novo. 2005. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=279581>

23 CARVALHO. 2002 P. 127

detratores do político gaúcho que tentaram manobras legais e políticas para impedir a posse de Vargas.²⁴ Com a eleição de Vargas voltam as políticas populistas e nacionalistas, ocorre neste momento um fortalecimento dos sindicatos e dos trabalhadores, causando uma reação da elite empresarial, dos liberais e dos militares. Getúlio Vargas encampou o combate pela manutenção das 'riquezas nacionais' e, como havia feito com a Companhia Siderúrgica Nacional em 1941,²⁵ criou em 1953 a Petróleo Brasileiro S.A. mais conhecida como PETROBRAS, enfurecendo também o campo político que defendia a abertura do Brasil para o capital estrangeiro. Em compensação, o apoio popular às medidas de Vargas só crescia, pondo em lados opostos o povo e as elites empresariais, políticos liberais e a cúpula militar. Essa divisão acabou sendo crucial para selar o destino político e a própria existência do presidente. Cada vez mais ameaçado, Vargas cede às pressões dos sindicatos e do ministro do trabalho João Goulart e decreta, em 1954, um aumento de 100% no valor do salário mínimo, irritou ainda mais a oposição que aumentou a tensão em cima do governo. Sem saída para a crise econômica e política que atingiu o seu governo, Vargas tirou a própria vida em 24 de agosto de 1954, causando uma grande comoção popular, que inibiu a tomada do poder pelos militares naquele ano e acabou atrasando o golpe, finalmente ocorrido em 1964.²⁶

Várias tentativas de golpe aconteceram no período de 1 ano posterior ao suicídio de Getúlio Vargas. Nesse intervalo o Brasil teve 3 presidentes diferentes: Café Filho, que era vice de Vargas, mas eleito por um partido opositor ao presidente. Alegando razões de saúde, Café Filho retirou-se da presidência abrindo caminho para o então presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, afastado pelos militares por tramar contra o então presidente eleito Juscelino Kubitschek. O afastamento de Carlos Luz levou a presidência da república, o primeiro vice-presidente do Senado Nereu Ramos, que completou o processo de sucessão e finalmente entregou o cargo a Kubitschek em 31 de janeiro de 1956. O mandato de Juscelino Kubitschek foi marcado por um alto investimento em infraestrutura, manutenção dos direitos trabalhistas e sociais da era Vargas, de uma maior abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, a manutenção do regime democrático e da

24 Ibidem. 2002 P. 127

25 Moreira, Regina da Luz. Fatos & Imagens > CSN. 2017. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/CSN>

26 CARVALHO. 2002. P. 131

estabilidade política. Kubitschek estabeleceu o Plano de Metas, um plano político e econômico que pretendia tirar o Brasil do estado de subdesenvolvimento,²⁷ investindo em estradas, indústria naval e abrindo o mercado brasileiro ao investimento estrangeiro, o governo JK conseguiu em seus cinco anos de duração manter um crescimento econômico médio de 7% do PIB ao ano.²⁸ Esse crescimento conseguiu amortecer os conflitos da era Vargas pois todos os setores da sociedade pareciam ganhar algo durante o mandato de Kubitschek, até mesmo áreas que o presidente, deliberadamente não incluiu, como é o caso da área agrícola. Contando com o apoio dos proprietários rurais JK não interferiu diretamente no campo, e como disse José Murilo de Carvalho: “Enquanto a questão agrária não fosse tocada, o acordo era possível e funcionou satisfatoriamente.” (CARVALHO. 2002 P.134)

Ao fim do seu governo Kubitschek teve que lidar com insatisfações crescentes em diversos setores da sociedade. A política econômica que havia alavancado a popularidade do presidente, já não era tão robusta. O plano de transferir a capital federal do Rio de Janeiro para Brasília consumia recursos vultuosos, isso acabou causando uma aproximação do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional através de um pedido de empréstimo de 300 milhões de dólares.²⁹ Esse empréstimo não se concretizou, mas as contrariedades na condução da economia já estavam enraizadas, os nacionalistas reclamavam da entrada do capital estrangeiro na economia brasileira e do possível acordo com o FMI. Já setores da esquerda e dos sindicatos reclamavam que os empresários foram os maiores beneficiados do crescimento econômico. Também entraram na lista de insatisfeitos, os trabalhadores rurais, que exigiam a inclusão desta categoria nos acordos sindicais. Mesmo nesse cenário adverso Juscelino Kubitschek teve a competência de terminar o seu mandato e transferir o governo ao seu sucessor eleito.³⁰

Em 1960 aconteceu a eleição de Jânio Quadros para presidente, apoiado pelos opositores de Kubitschek. Devido à legislação vigente o vice-presidente era eleito de forma independente do presidente da república, dessa maneira João Goulart foi reeleito vice-presidente do Brasil pelo partido rival de Jânio Quadros. Alegando a incapacidade de

27 LESSA, Carlos. O Plano de Metas – 1957/60. In: Quinze Anos de Política Econômica. P. 27.

28 CARVALHO. 2002. P 133

29 JATOBÁ, Roniwalter. O Jovem JK. 2005 P. 148

30 CARVALHO, 2002 P. 134

governar de acordo com as leis correntes, Jânio Quadros imaginava ter o apoio do congresso e dos militares em uma tentativa de obter poderes especiais para governar de forma irrestrita. Ao submeter ao congresso sua carta de renúncia em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros esperava que o congresso lhe concedesse os poderes exigidos por ele e não aceitasse a sua renúncia. Porém, o seu blefe não deu certo e o congresso aceitou a renúncia de Quadros deixando o país, naquele momento em uma situação complicada pois o vice-presidente João Goulart estava em visita oficial à China e não era muito bem visto pelos militares.³¹ Neste momento se inicia dentro das próprias forças armadas um conflito entre a ala legalista do exército chefiado pelo comandante do III Exército baseado no Rio Grande do Sul, terra natal de João Goulart, e pelo governador do estado e cunhado de João Goulart, Leonel Brizola e os militares contrários ao vice-presidente. O país estava à beira do conflito e João Goulart teve que voltar ao Brasil através da fronteira com o Uruguai com o Rio Grande do Sul para fugir da prisão pelos militares em Brasília e no Rio de Janeiro. Para acalmar os ânimos o congresso aprovou o parlamentarismo como forma de governo garantindo assim a posse de João Goulart para presidente e, ao mesmo tempo, a perda dos seus poderes como governante. Esse arranjo não durou muito tempo e Goulart manobrou nos bastidores pela volta do presidencialismo quando, finalmente, aconteceu em 1963 um plebiscito solicitando a população que escolhesse qual a forma de governo adotada no Brasil. Depois de forte campanha do governo o presidencialismo venceu o plebiscito e João Goulart teve seus poderes como presidente do Brasil reestabelecidos.

A partir daí se intensificou a divisão política entre setores conservadores, as alianças empresariais e proprietários de terra contra os sindicatos, uniões estudantis e setores da esquerda. Voltou à tona a caçada ao fantasma comunista. Desta vez os setores contrários ao presidente João Goulart conseguiram ampliar o apoio popular a sua causa o que tornou insustentável a manutenção do governo. Em abril de 1964 Goulart foi deposto do cargo de presidente da república. Ainda ocorreram tentativas de das centrais sindicais de lutar contra o golpe, mas os sindicatos não contavam com o apoio da população e foram fracassados na sua tentativa de restabelecer a ordem.³² Antes de relatar os acontecimentos da primeira fase da ditadura militar ressaltamos que o autor é um pouco vago na análise desse período, dessa

³¹ Ibidem. 2002 P. 135

³² CARVALHO, 2002 p. 144

maneira não sinto que aprofundar demais o assunto, fugindo da característica do autor, contribuirá com o intuito do texto. Dessa forma relataremos de maneira breve os principais acontecimentos do período e concluirei com as considerações sobre cidadania.

PASSO ATRÁS, NOVA DITADURA

Este período do livro de José Murilo de Carvalho compreende aos anos de 1964 até 1970. Após a deposição de João Goulart os comandantes militares não tiveram problemas em manter o poder em suas mãos, recuando-se a ceder o poder de volta aos políticos civis. A oposição, enfraquecida pela perda de apoio da população, pouco pode fazer para lutar contra os militares. Sendo assim em 15 de abril de 1964 assumiu a presidência do Brasil o general Castelo Branco, eleito de forma indireta em votação no congresso nacional que depois seria alvo de retaliações do governo. O comando militar se via preparado governar o país. Presentes na política brasileira desde a proclamação da república, passando e participando de vários governos na história brasileira. Como diz José Murilo de Carvalho:

Os (militares) antivarguistas tinham-se preparado para o governo dentro da Escola Superior de Guerra. Lá elaboraram uma doutrina de segurança nacional e produziram, junto com técnicos civis, estudos sobre os principais problemas nacionais. Além disso, tinham-se aproximado de lideranças empresariais por meio de uma associação chamada Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (CARVALHO. 2002 p 159)

Começou então o processo de repressão dos direitos políticos e civis. Através dos atos institucionais os governantes militares perseguiram e organizações consideradas por eles subversivas, como os sindicatos e entidades estudantis. Os atos institucionais foram manobra legais utilizadas durante o período da ditadura civil militar como forma de legitimar as ações políticas do governo militar. Eles estavam, em hierarquia, acima até dos artigos da Constituição brasileira que virou um mero documento decorativo. Foram editados no total 17 Atos Institucionais durante os 21 anos da ditadura militar.³³ O primeiro destes atos, editado em 9 de abril de 1964, dava ao governo militar poder de alteração da constituição e suspender direitos políticos entre outras determinações. Os atos

33 <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>

institucionais tinham como característica a retirada de direitos, reversão de resultados eleitorais, aumento de poderes dos militares e principalmente divulgar cassações de direitos políticos de indivíduos considerados inimigos do governo. A justificativa oficial para a edição dos atos institucionais era o ‘combate a corrupção e a subversão’. Em 1968 houve uma retomada da luta contra o regime militar. Vários protestos ocorreram neste ano. Deputados davam discursos inflamados no Congresso Nacional. Vendo a autoridade militar ser questionada, o então ministro da justiça Luís Antônio da Gama e Silva editou em dezembro, o mais violento mecanismo do governo militar, o ato institucional número cinco. Vigente durante 10 anos o AI-5 instituiu a suspensão do *Habeas Corpus*, dava poder ao presidente para cassar mandatos, fechar o congresso, intervir em estados e municípios e a instauração da censura prévia.³⁴

Outra característica do período foi a forma de estabelecer a sucessão presidencial durante o regime militar. Os presidentes eram escolhidos de acordo com a vontade da corrente majoritária dominante na chefia das forças armadas, chegando até ao ponto de, por um período de 2 meses, o Brasil ser governado por uma junta militar composta por três integrantes. As eleições legislativas foram mantidas para sustentar a aparência de um ambiente democrático, porém as regras do jogo eleitoral eram sempre ajustadas para favorecer o governo militar.³⁵ A farsa era mantida também através de um sistema de bipartidarismo artificial criado em 1966 onde a ARENA era o partido governista e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era o partido de ‘oposição’. Como pudemos ver pelos relatos dos dois períodos históricos citados acima, a construção da cidadania não é e nem continua sendo um processo linear. Seguindo o conceito de T.H. Marshall, nesse período de 19 anos narrados a sociedade brasileira sempre esteve alijada de um dos seus direitos sejam eles civis, políticos ou sociais. Esse conceito pode ser aplicado em Estados com ampla democratização e garantia de liberdades fundamentais e direitos sociais, o que não vimos em muitos momentos da história brasileira. Quando finalmente caminhávamos na direção de estabelecer um período de estabilidade, aconteceu o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e como consequência o desenrolamento de medidas que causaram a perda de vários direitos sociais e trabalhistas.

34 http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm

35 CARVALHO. 2002 p. 166

Dessa forma José Murilo de Carvalho nos sinaliza que, mesmo que pensemos estar em um ambiente propício econômica e socialmente, não há garantia do pleno exercício da cidadania. A garantia de um dos direitos básicos que compõem a cidadania não sustenta uma cidadania plena nem garantem acesso aos outros direitos,³⁶ dessa forma, parecemos ser cidadãos incompletos, onde, por vezes, nossos direitos civis e político são assegurados mas nossos direitos sociais são retirados ou mesmo momentos em que nenhum desse direitos estão garantidos como pudemos observar no período ditatorial, onde, mesmo assegurados, o direito de voto nas eleições legislativas, os resultados não eram respeitados ou nem todas as pessoas podiam participar do processo eleitoral. Estavam, dessa forma nossos direitos políticos garantidos? O que podemos afirmar, analisando a história brasileira, é que o processo de construção de cidadania é recorrente e contínuo.

RAÍZES DO BRASIL, DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

A análise de Raízes do Brasil se apoia nos capítulos 5, O Homem Cordial e o capítulo 7, Nossa Revolução. Raízes do Brasil foi publicado em 1936 e é considerado um dos principais ensaios históricos e sociológicos brasileiros.³⁷ Em Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda faz um relato da formação do tecido social brasileiro, através da história nacional e dos efeitos da colonização portuguesa no Brasil e também, em menor grau, da colonização espanhola na América do Sul. É importante destacar aqui, antes de entrarmos nos capítulos selecionados, o contexto histórico da obra. Publicado em 1936, o ensaio de Sérgio Buarque de Holanda ocorreu antes de grandes acontecimentos da história brasileira como a ditadura de 1964 e eventos traumáticos mundiais como a 2ª Guerra Mundial e mesmo assim se manteve atual ao retratar os traços da sociedade brasileira. Holanda já inicia o capítulo ressaltando a importância da separação dos interesses particulares do interesse público e o quão opostos estes interesses podem ser, lembrando que se trata de um resquício de um modelo político do século XIX,³⁸ que ainda influenciava a política nacional. Ao retratar essa imbricação entre interesse particulares e públicos o autor lembra da

36 Ibidem. 2002 P. 9

37 Borba. Disponível em: <http://projetoquem.com.br/index.php?lang=pt-br&menu=3&submenu=2&detalhe=Txt2>

38 Holanda. Raízes do Brasil 1995 P. 143

tragédia grega Antígona, de Sófocles, onde Creonte, rei de Tebas, é desafiado pela própria irmã, pondo a prova a devoção rei ao reinado ou à família. Para tentar entender a sobreposição entre público e privado, Holanda discorre sobre como se dava a formação familiar na época do Império e de como uma nova realidade que começava a se impor sobre a sociedade entrava em conflito com o status estabelecido durante a maior parte da formação do Brasil. Para o autor, a criação dos filhos, na época colonial, visava a preparação para tratar dos interesses e negócios da família, perpetuar e escolher aquilo que era melhor para ela. Dessa forma, quando estes chegavam em posições de administração dentro das comunidades a que pertenciam era à família que pensavam em primeiro lugar. Entra aqui, e o autor ressalta isso, a definição Weberiana de patrimonialismo³⁹ onde os tributários da cultura patriarcal tinham dificuldades de separar a gestão pública do particular e o Brasil nunca teve, até aquele momento, um corpo de servidores públicos que não tivesse sido formado com as características descritas acima. Esse pensamento é evidenciado por Holanda quando ele diz:

(...) um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar (...) está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. (Holanda. 1995 P. 146).

Apesar desta característica do patrimonialismo estar incrustada no cenário nacional, e em até certo ponto, em toda a América do Sul, o autor via sinais de algo vinha mudando este panorama. O aparecimento do trabalho em grandes corporações privadas,⁴⁰ a mudança das relações de trabalho entre empregadores e empregados, as mudanças na educação dos filhos pelos próprios pais, que passavam a fazer somente um processo inicial,⁴¹ que depois seria complementado pelos bancos escolares e pela própria sociedade e, finalmente, pela consolidação das instituições de ensino superior que ajudou a desvincular os jovens dos seus meios de convivência familiar provincianos e patriarcais.⁴² O título do capítulo é explicado a partir da visão dos visitantes estrangeiros. O “homem cordial”, expressão cunhada pelo poeta paulista Ribeiro Couto e popularizada por Holanda, mostra a visão do autor sobre o

39 Ibidem. 1995 P. 146

40 Holanda. 1995 P. 142

41 Ibidem. P. 143

42 Ibidem. P. 144

brasileiro que se caracterizava pela afabilidade, cordialidade e generosidade, características herdadas do passado rural e patriarcal brasileiro. Holanda ressalta que não é possível confundir os atributos do homem cordial com civilidade. Essa cordialidade é uma cortina que esconde um fundo de emoções que controlam o temperamento brasileiro e servem de escudo perante a sociedade.

Outro ponto levantado pelo autor e que gostaríamos de ressaltar ocorre quando um comerciante americano comenta com o escritor francês André Siegfried sobre a necessidade de se fazer amizade com os fregueses, na tentativa de se realizar uma transação comercial.⁴³ Aqui, gostaria de dar um depoimento pessoal mesmo sabendo que esse não é o intuito deste texto, mas os 20 anos trabalhando no comércio varejista me atçaram a fazê-lo, é comum nos seminários de treinamento de vendedores e consultores destas empresas a intenção de conquistar a confiança do cliente através de um sentimento de estima e simpatia que busca, efetivamente, criar um relacionamento mais que comercial com o cliente. Isso se relaciona ao texto na medida em que outra faceta do homem cordial é esconder a desconfiança que os brasileiros sentem daqueles que não conhecem bem e não são do seu círculo familiar. Ao fim do capítulo, Sérgio Buarque de Holanda trata de outro acontecimento nacional que difere daqueles encontrados em outros lugares do mundo, as cerimônias religiosas, especialmente as católicas. Essas influenciam também na impressão de amabilidade do brasileiro pois mais parecem um evento social, comparadas às cerimônias de outros países. O autor usa como exemplo o relato de Auguste Saint-Hilaire⁴⁴ que, em visita ao Brasil em 1822, comentou sobre a falta de atenção dos participantes de um evento religioso que ele presenciou. Faltava ao religioso brasileiro atos de contrição, contemplação e manifestação de fé.

NOSSA REVOLUÇÃO? OU GOLPE REPUBLICANO?

Neste capítulo o autor busca fazer uma reflexão sobre momentos em que o Brasil beirou a ruptura. Os primeiros momentos analisados são a abolição da escravidão em 1888

43 Holanda. 1995 P. 149

44 Naturalista e artista francês

e a Proclamação da República em 1889. Outro evento, este de processo mais longo, tratado por Holanda, é a mudança da base agrária brasileira com o fim do ciclo da cana-de-açúcar e o início do ciclo do café. Este evento causou uma mudança nas condições de trabalho, uma alteração nos métodos de uso da terra e na relação dos proprietários de terra com o seu produto final. Por fim, o outro acontecimento, relacionado a mudança da matriz agrária nacional, é o aumento de importância das cidades na conexão com o campo. Antes completamente dependentes da agricultura, as cidades cada vez maiores, mudaram o eixo de influência sobre a sociedade. Até aqui contamos três eventos históricos que por si só seriam capazes de causar uma violação da condição normal da sociedade, mas que, no Brasil, causaram apenas mudanças de rumo ou meras correções de curso na sociedade.

Novamente, podemos transportar as ideias do autor para os dias atuais e relacioná-los com acontecimentos recentes na história brasileira. Ao contrário de seus vizinhos sul-americanos o final da ditadura brasileira, nos anos 1980 não gerou nenhuma punição aos seus executores e torturadores, o que se viu foi a propagandeada anistia geral, ampla e irrestrita que perdoou todos os crimes cometidos durante o período ditatorial que procurou manter a unidade nacional e evitar uma caça às bruxas que atrapalhasse o desenvolvimento da nação. O que se viu na realidade foi um abrandamento dos acontecimentos da ditadura que, aos poucos, vão sendo ignorados ou esquecidos na memória de alguns brasileiros que hoje se aliam ao atual projeto de poder vigente. Retornando ao pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, nenhuma dessas mudanças, fim da escravidão, Proclamação da República e a mudança da matriz agrária combinada com o crescimento das cidades, foi capaz de acabar com o patrimonialismo que continuava a imperar na condução da República, a queda do Império não criou uma identidade nacional. Os proprietários rurais se viram aliados do seu prestígio e as populações urbanas não pareciam interessadas em se fazer ouvir, evidenciando mais um traço do homem cordial. Essa ideia encontra o pensamento do autor quando ele diz que no Brasil:

Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e o mais comportado do mundo. Pugnamos constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e os mais racionais. (Holanda. 1995 P. 177).

Voltando ao patrimonialismo, era comum que o aparelhamento político desempenhasse o papel de afastar o povo do poder, criando uma nação de alheios.⁴⁵ Mesmo sem usar neste capítulo o termo, textualmente, é possível ver que, com as características já descritas de docilidade e desconfiança, a herança cultural portuguesa e um certo culto à personalidade é impossível o desenvolvimento de uma sociedade capitalista brasileira. E as propostas que pudessem solucionar alguns destes problemas, segundo o autor, não foram suficientes para tirar o país desta inanição, mas mesmo assim, continuavam a ser repetidas: a troca dos detentores do poder e a criação de novas leis.⁴⁶ A crença de que um conjunto de palavras escritas é suficiente para moldar um povo que não encontrou no Brasil um cenário favorável. Dessa maneira, ideais que foram tão caros nas reformas liberais baseadas na tríade liberdade igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, foram sendo, aos poucos, adaptados, manipulados e distorcidos para se encaixar aos povos sul-americanos. O que o autor quer dizer é que, se os princípios do liberalismo não foram capazes de alterar o desenho político e social brasileiro não será o formalismo e a criação de leis que alterará a essência do brasileiro. Os personalismos que controlam os destinos da política nacional são apenas substituídos por novos que apenas trocam as conveniências particulares de cada um,⁴⁷ o que não gera nenhum tipo de avanço. Neste tópico, Sérgio Buarque de Holanda, diz que a cordialidade do brasileiro impede uma revolução indo ao encontro das ideias de outro grande autor e pensador brasileiro, o paulista Caio Prado Júnior. E neste ponto não há como discordar dos autores. A história brasileira é repleta de pontos de ruptura que poderiam ter sido palco de um grande avanço de cunho social em nossa nação, mas o que vemos é mais do mesmo, um conjunto de grandes acordos que visam manter a paz e a cordialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta análise podemos ver que, desde a sua concepção como colônia de exploração por parte da coroa portuguesa, o Brasil foi assolado por um conjunto de decisões, ações e comportamentos que o tornaram o que é hoje e que, nesse caminho, causaram uma trajetória de violência, rupturas, oportunidades perdidas e um eterno enfrentamentos de

45 Holanda. 1995 P. 177

46 Ibidem P. 178

47 Ibidem P. 182

crises que o impedem de lograr longos períodos de estabilidade e, conseqüentemente, períodos de desenvolvimento econômico e social. Os capítulos aqui descritos e analisados contam apenas uma fração dos acontecimentos e condutas que formaram o Brasil, seu tecido social e suas instituições. Obviamente é sabido que qualquer decisão ou comportamentos diferentes aditados durante a história de uma nação afetam o seu futuro. Porém, o Brasil, após uma análise de todos os acontecimentos descritos neste texto e vários outros momentos decisivos em sua história, nos faz pensar se estaríamos em um caminho muito diferente do traçado até agora. Muitas das rupturas e violências praticadas no Brasil foram tão prejudiciais e negativas que, talvez, as atitudes necessárias para repará-las não causassem o efeito necessário. Aqui, nos atemos especialmente no processo escravista instalado no Brasil, que foi tão danoso em suas falhas, na intenção de compensar, incluir e reparar a população escravizada, que tornou, talvez, infrutífera qualquer possibilidade de se ter, atualmente, um país harmonioso desenvolvido e evoluído socialmente.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Vicente. O conceito moderno de cidadania. Revista de Direito Administrativo | e-ISSN: 2238-5177. 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45733> Acesso em: 13/04/2020.

BRASILEIRO, A. M. M. Manual de produção de textos acadêmicos e científicos. São Paulo: Atlas, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/cidadania_brasil.pdf Acesso em: 6/04/2020.

DIAS, Maria Helena; **BOTELHO**, Henrique Ferreira (coord.). Quatro séculos de imagens da cartografia portuguesa (2ª ed.). Lisboa: Comissão Nacional de Geografia, 1999.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996.

JATOBÁ, Roniwalter. O Jovem JK. 1ª ed. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2005.

LESSA, Carlos. O Plano de Metas – 1957/60. In: Quinze Anos de Política Econômica. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARINGONI, Gilberto. História - O destino dos negros após a abolição. Revista Desafios do desenvolvimento. Ano 8. Edição 70 - 29/12/2011. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23 Acesso em 15/03/2020.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. São Paulo: CEBRAP, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/xB5SjkdK7zXRvRjKRXRfKPh/?lang=pt> Acesso em: 15/03/2020.

MOREIRA, Regina da Luz. Fatos & Imagens > CSN. CPDOC | FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2017. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/CSN> Acesso em: 13/04/2020.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Igreja e escravidão africana no Brasil Colonial. v. 10 n. 18 (2007). Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas: UESC, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/about>. Acesso em: 13/04/2020.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. Revista de História, n.129-131, USO: São Paulo, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18728/20791> Acesso em: 13/04/2020.

RIBEIRO, António Manuel Fernandes da Silva. Os Navios e as Técnicas Náuticas Atlânticas nos Séculos XV E XVI: Os Pilares da Estratégia 3C. Revista Militar nº 2516. Agosto/Setembro de 2011. Disponível em: <https://mercadoquinhenta.files.wordpress.com/2020/04/mpdf.pdf> Acesso em 13/03/2020.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. 29 de outubro de 1945: o fim do Estado Novo. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=279581> Acesso em 13/04/2020.

SILVA, Daniel Neves. Escravidão no Brasil: formas de resistência. Brasil Escola. Disponível em: <https://verbascos-brasileiros/historia/a-resistencia-dos-escravos.htm>. Acesso em 14/03/2020.

_____. Tráfico negreiro. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/trafico-negreiro.htm> Acesso: em 14/03/2020.

SILVEIRA, Cláudia Maria Toledo. Cidadania. Jus Navigandi, Teresina, ano 1, n. 18, ago. 1997. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20081204081044/http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=78> Acesso em: 13/04/2020.

ZURARA, Gomes Eanes de. Crônica do descobrimento e conquista da Guiné. Paris: Aillaud, 1841.